UNIFAMA – UNIÃO DAS FACULDADES DO MATO GROSSO

RONALDO ADRIANO DA SILVA

BACHARELADO EM DIREITO

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ELEITORAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COLÍDER/MT: RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DAS ESTRUTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS LOCAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Colider-MT
2026

UNIFAMA – UNIÃO DAS FACULDADES DO MATO GROSSO

RONALDO ADRIANO DA SILVA

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ELEITORAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COLÍDER/MT: RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DAS ESTRUTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS LOCAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente da Faculdade de Colíder - Facider/UNIFAMA, como pré-requisito necessário à obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientadora: Profa. Ma. Camila Valera Reis Henrique.

Colíder-MT
2026

RONALDO ADRIANO DA SILVA

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-ELEITORAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE COLÍDER/MT: RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DAS ESTRUTURAS POLÍTICAS E SOCIAIS LOCAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente da Faculdade de Colíder - Facider/UNIFAMA, como pré-requisito necessário à obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientadora: Profa. Ma. Camila Valera Reis Henrique.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Esp. Denise Nunes
Faculdade de Colíder – Facider/UNIFAMA

_____

Profa. Ma. Camila Valera Reis Henrique
Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito
Faculdade de Colíder – Facider/UNIFAMA

_____

Prof. Esp. Maurício Ricardo Alves
Faculdade de Colíder – Facider/UNIFAMA

Colíder-MT
2026

Dedico este trabalho a todos aqueles que, com sinceridade, torceram por mim e acreditaram na realização deste sonho, que se concretiza após cinco anos de dedicação, perseverança e aprendizado ao longo do curso de Bacharelado em Direito.

De modo especial, dedico esta conquista a Deus, à minha esposa, às minhas filhas, à minha mãe e às minhas irmãs, que, de diferentes maneiras, fizeram parte desta trajetória.

Dedico-a, ainda, in memoriam, ao meu pai e à minha irmã, cujas lembranças permanecem vivas em minha memória e em meu coração.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto a história das eleições para o Poder Executivo de Colíder, município do norte de Mato Grosso, e a forma como essa trajetória revela as transformações políticas e sociais ocorridas na cidade. O objetivo geral é analisar essa história eleitoral, articulando-a às transformações econômicas, territoriais e demográficas do município, da administração nomeada dos primeiros anos à eleição competitiva de 2024. Como objetivos específicos, busca-se reconstituir o contexto da colonização e da emancipação; acompanhar a chegada do voto direto e os ciclos econômicos do ouro, da madeira e da agropecuária; examinar a consolidação democrática das últimas décadas; e interpretar em que medida as eleições espelham as mudanças da cidade. A pesquisa justifica-se pela relevância de preservar a memória política de uma comunidade ainda pouco estudada, cuja trajetória sintetiza, em escala local, boa parte da história recente da ocupação do norte mato-grossense. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter histórico-documental, apoiado em fontes oficiais, na imprensa regional e na bibliografia sobre a colonização e a política da região, com registro honesto das lacunas sempre que os dados não puderam ser confirmados. Como resultados esperados, pretende-se demonstrar que as bases do poder local foram lançadas antes mesmo do voto, o que marcou o perfil das primeiras lideranças, e que as sucessivas transformações econômicas e territoriais encontraram correspondência nas urnas, de modo que as eleições não causaram nem foram mecanicamente determinadas por essas mudanças, mas funcionaram como um espelho fiel delas.

Palavras-chave: Colíder/MT; Eleições municipais; História política; Norte de Mato Grosso; Poder Executivo.

ABSTRACT

This study focuses on the history of elections for the Executive Branch in Colíder, a municipality in northern Mato Grosso, Brazil, and on how this trajectory reveals the political and social transformations that have taken place in the city. Its general objective is to analyze this electoral history in connection with the municipality's economic, territorial, and demographic transformations, from the appointed administration of its early years to the competitive election of 2024. The specific objectives are to reconstruct the context of colonization and political emancipation; trace the introduction of direct voting and the economic cycles of gold mining, timber extraction, and agriculture and livestock farming; examine the consolidation of democracy over recent decades; and interpret the extent to which elections reflect changes in the city. This research is justified by the importance of preserving the political memory of a community that remains relatively understudied, whose trajectory, on a local scale, encapsulates much of the recent history of settlement in northern Mato Grosso. Methodologically, this is a qualitative, historical-documentary study based on official sources, regional press coverage, and scholarly literature on the colonization and politics of the region, with any gaps in the historical record transparently acknowledged whenever information could not be verified. The expected results aim to demonstrate that the foundations of local political power were established even before the introduction of voting, shaping the profile of the first political leaders, and that successive economic and territorial transformations were reflected at the ballot box. Thus, elections neither caused these changes nor were mechanically determined by them; rather, they served as a faithful reflection of these transformations.

Keywords: Colíder/MT; Executive power; Municipal elections; Northern Mato Grosso; Political history.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
2. COLÍDER. COLONIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E AS BASES DO PODER LOCAL (1973 - 1982) 11
2.1. A colonização da Gleba Cafezal e a atuação da Colonizadora Líder 13
3. DO GARIMPO À AGROPECUÁRIA: AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL (1983 - 2000) 21
3.1. Da administração nomeada ao voto direto: as primeiras eleições municipais 22
3.2. O ciclo do ouro, a madeira e a virada para a agropecuária 25
3.3. Os desm
embramentos territoriais e a redefinição do eleitorado 27
4. CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS (2001 - 2024) 28
4.1. A era da reeleição e a estabilização das gestões 29
4.2. O novo perfil das lideranças e a diversificação da economia 31
4.3. Saúde, educação e infraestrutura: Colíder como polo regional 32
4.4. Da política do comício à campanha digital e a eleição de 2024 34
5. AS ELEIÇÕES COMO ESPELHO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO 36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 39
7. REFERÊNCIAS 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9º BEC - 9º Batalhão de Engenharia e Construção

ART. - Artigo

BR-163 - Rodovia Federal BR-163 (Cuiabá–Santarém)

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

DEM - Democratas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MT - Mato Grosso

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIN - Programa de Integração Nacional

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRD - Partido Renovação Democrática

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCE-MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

1. INTRODUÇÃO

A história política dos municípios do norte de Mato Grosso é inseparável do modo como a região foi ocupada. Colíder, fundada na década de 1970 à margem da BR-163, nasceu de um projeto de colonização dirigida, que reunia interesses econômicos, geopolíticos e militares, e não de um povoamento espontâneo (IMAZON, 2020). Compreender como a cidade escolhe hoje os seus governantes exige, por isso, recuar ao tempo em que a eleição local sequer existia (CASTRO et al., 1994).

Este trabalho tem como objeto a história das eleições para o Poder Executivo de Colíder, do primeiro administrador nomeado pelo governo estadual, no início dos anos 1980, ao prefeito eleito em 2024. Mais do que relacionar nomes e mandatos, interessa compreender o que essa sucessão de governos revela sobre a própria sociedade colidense, formada e transformada em pouco mais de quatro décadas (ALMEIDA, 2021).

O problema que orienta a pesquisa resume-se em uma pergunta: de que forma a história das eleições municipais para o Executivo revela as principais transformações políticas e sociais ocorridas em Colíder? A questão parte do entendimento de que as urnas não constituem um episódio isolado da vida pública, mas um registro sensível das mudanças que atravessam a cidade (NICOLAU, 2012).

A hipótese que acompanha o estudo é a de que a estrutura social herdada da colonização projetou-se sobre a esfera política. Como a ocupação da região beneficiou de maneira desigual os que chegaram com capital e os que vieram apenas com a força de trabalho, é razoável supor que os primeiros ocupantes do poder local tenham saído dos grupos ligados à colonização e ao comércio, e não do conjunto mais amplo dos colonos (CASTRO et al., 1994).

O objetivo geral é analisar essa trajetória eleitoral, articulando-a às transformações econômicas, territoriais e demográficas do município. Para tanto, a pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter histórico-documental, recorrendo a fontes oficiais, como os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura Municipal, à imprensa regional e à bibliografia sobre a colonização e a política do norte mato-grossense. Sempre que os dados não puderam ser confirmados, sobretudo os resultados detalhados dos pleitos anteriores a 2024, preferiu-se assumir as lacunas em vez de preenchê-las com suposições (ALMEIDA, 2021).

Para desenvolver esse propósito, o trabalho organiza-se em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 2, reconstituiu-se a origem do município, tratando da colonização da Gleba Cafezal, da atuação da Colonizadora Líder e do caminho que levou o povoado da condição de distrito à emancipação, em 1979, até a administração nomeada que dirigiu a cidade em seus primeiros anos (IMAZON, 2020; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

No capítulo 3, abordaram-se as primeiras eleições diretas e a formação da política municipal entre 1983 e 2000, período marcado pelos ciclos econômicos do ouro, da madeira e da agropecuária e pelos desmembramentos territoriais que redesenharam o território e o eleitorado (PORTAL MATO GROSSO, 2024). No capítulo 4, examinou-se a consolidação democrática entre 2001 e 2024, da chegada da reeleição ao surgimento de um novo perfil de lideranças e à disputa de 2024, vencida por Rodrigo Benassi (O TEMPO, 2024).

No capítulo 5, de caráter interpretativo, as eleições foram lidas como espelho das transformações do município, discutindo-se as continuidades e as rupturas no perfil das lideranças e a relação entre os ciclos econômicos e os resultados eleitorais (LEAL, 2012; NICOLAU, 2012). Nas considerações finais, por fim, retoma-se a pergunta inicial e sintetizam-se as respostas alcançadas ao longo do percurso (ALMEIDA, 2021).

O interesse do estudo não se esgota em Colíder. A trajetória do município sintetiza, em escala local, boa parte da história recente da ocupação do norte de Mato Grosso, e a sua vida política mostra como a democracia, nesses territórios de fronteira, não surgiu pronta, mas foi sendo construída. Compreender esse processo é também uma forma de preservar a memória política de uma comunidade ainda pouco estudada, cuja história tem muito a dizer sobre o Brasil que se formou às margens das estradas da Amazônia (ALMEIDA, 2021).

2. COLÍDER. COLONIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E AS BASES DO PODER LOCAL (1973 - 1982)

Compreender de que forma a história das eleições municipais revela as transformações políticas e sociais de Colíder exige recuar a um período em que a própria eleição local ainda não existia. O município emergiu no interior de um projeto mais amplo de ocupação da Amazônia mato-grossense, conduzido pelo regime militar a partir do fim da década de 1960, que articulava objetivos geopolíticos de integração territorial e interesses econômicos de valorização de terras devolutas até então cobertas por floresta. Antes de escolher seus dirigentes pelo voto, a população colidense foi organizada por empresas colonizadoras privadas e, em seguida, por administradores designados pelo poder estadual. As bases do poder local, portanto, assentaram-se sobre estruturas que precederam a competição democrática, e é dessa herança que este capítulo pretende dar conta. (ALMEIDA, 2021)

A ocupação da região não foi um acontecimento espontâneo, mas resultado de uma política de Estado. Desde a chamada Marcha para o Oeste, no governo Vargas, a Amazônia passou a ser vista como espaço estratégico a ser incorporado à economia e à soberania nacionais, projeto que os governos militares retomaram sob o lema “integrar para não entregar” (IMAZON, 2020).

Para entender por que uma empresa privada acabou fundando uma cidade no meio da floresta, é preciso olhar um pouco mais para trás. Ainda no governo de Getúlio Vargas, na primeira metade do século XX, o Estado brasileiro passou a enxergar a Amazônia como um vazio a ser preenchido e como uma fronteira a ser protegida, dando origem à chamada Marcha para o Oeste, que chegou a contar com uma entidade criada especialmente para esse fim, a Fundação Brasil Central (IMAZON, 2020). Naquele momento, campanhas oficiais apresentavam a região como um novo eldorado, capaz de acolher trabalhadores em busca de uma vida melhor, discurso que, décadas depois, seria retomado com força ainda maior pelos governos militares (IMAZON, 2020).

A partir de 1966, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o poder central passou a oferecer incentivos fiscais aos interessados em produzir na região e a investir na abertura de rodovias, ainda que a quase totalidade das terras permanecesse formalmente sob domínio da União e dos estados (IMAZON, 2020). É nesse quadro de fronteira em expansão que se situa o surgimento de Colíder.

Foi já sob a ditadura que essa antiga aspiração ganhou contornos de projeto nacional. Em 1970, o governo lançou o Projeto de Integração Nacional (PIN), que associava a abertura de grandes rodovias à transferência de população para a Amazônia, sob a promessa, amplamente divulgada, de levar “homens sem terra para terras sem homens” (CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, 2024). Essa frase, hoje tão criticada, resume bem a lógica do período, pois o Sul e o Sudeste enfrentavam tensões pela posse da terra, e a floresta amazônica surgia, no discurso oficial, como a válvula de escape capaz de aliviar isso. Para sustentar esse plano, o Estado ergueu estradas como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, esta última a BR-163, que se tornariam os verdadeiros eixos por onde a colonização avançaria (IMAZON, 2020).

Nesse contexto, as rodovias foram importantes não apenas para o transporte, mas também para facilitar a ocupação e o desenvolvimento de novas áreas. Ao longo da BR-163, entre Cuiabá e a divisa com o Pará, foram surgindo, uma após a outra, cidades que hoje se destacam no cenário estadual, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, todas nascidas do mesmo movimento de ocupação (NOVA ROTA DO OESTE, 2018). Colíder integra essa linhagem de municípios fundados à beira da estrada, o que ajuda a compreender por que a sua história guarda tantas semelhanças com a de suas vizinhas, ainda que cada uma tenha seguido o seu próprio caminho (IMAZON, 2020).

Convém, desde logo, adotar diante dessa política um olhar crítico, pois o discurso oficial apresentava a Amazônia como um “espaço vazio” a ser preenchido, ignorando a presença anterior de povos indígenas e de outros ocupantes, e os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado tendiam a beneficiar os agentes economicamente mais favorecidos, e não os migrantes mais pobres (IMAZON, 2020). Essa questão é importante porque a história política de Colíder, assim como a de outros municípios de fronteira, muitas vezes é contada principalmente a partir da visão daqueles que tiveram sucesso econômico durante o processo de colonização. Por isso, é importante analisar essa história de forma crítica, considerando também outros pontos de vista.

Convém insistir, no entanto, que a imagem da “terra sem homens” jamais correspondeu à realidade. Antes da chegada dos colonizadores, a região já era habitada por povos indígenas. Com o avanço da ocupação, muitos desses territórios foram atravessados e ocupados pelos colonizadores, o que também gerou conflitos e situações de violência que, muitas vezes, não aparecem nos relatos oficiais

(ALMEIDA, 2021). Considerar a presença dos povos indígenas é fundamental para compreender a história de Colíder de forma mais completa, não apenas como uma história de desbravamento e ocupação, mas também como um processo que trouxe consequências sociais e humanas para aqueles que já viviam na região (IMAZON, 2020).

Além dos interesses econômicos, também havia uma preocupação com a segurança e a ocupação da região. Durante a Guerra Fria, os governos militares acreditavam que a Amazônia, por ser uma área pouco ocupada e com muitos recursos naturais, poderia despertar o interesse de outros países. Por isso, ocupar a região também era visto como uma forma de garantir o controle e a soberania do Brasil sobre esse território (IMAZON, 2020).Nesse contexto, a construção da BR-163 teve um papel importante, pois buscava ligar o norte do país a outras regiões e aumentar a presença do governo brasileiro na Amazônia (NOVA ROTA DO OESTE, 2018). Assim, a ocupação da região envolvia diferentes interesses, principalmente econômicos, políticos e militares, que contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento de Colíder.

A hipótese que orienta o capítulo é a de que é que a forma como a colonização aconteceu acabou influenciando o perfil das pessoas que, mais tarde, passaram a disputar o poder político no município. Estudos sobre a colonização oficial em Mato Grosso mostram que esse processo não aconteceu da mesma forma para todos. Algumas pessoas tinham dinheiro para comprar terras e investir em negócios, enquanto outras chegavam apenas com sua força de trabalho (CASTRO et al., 1994).

Essa distinção de origem, como se argumentará ao longo do trabalho, projetou-se sobre a esfera política, ajudando a explicar por que os primeiros ocupantes do poder local pertenciam, majoritariamente, aos estratos ligados à colonização e ao comércio, e não ao conjunto mais amplo dos colonos (CASTRO et al., 1994).

Para desenvolver esse argumento, o capítulo percorre três momentos. Primeiro, examina-se a colonização da Gleba Cafezal e a atuação da Colonizadora Líder, empresa que dá nome à cidade e estrutura sua ocupação. Em seguida, reconstitui-se o caminho institucional que levou o povoado da condição de distrito, criado em 1976, à emancipação político-administrativa, alcançada em 1979. Por fim, analisa-se a administração nomeada que dirigiu o município em seus primeiros anos e o contexto político pré-democrático em que ela se inscreveu, marcado pela ausência de eleições diretas para o Executivo e pela tutela do poder estadual sobre os

municípios recém-criados (IMAZON, 2020).

2.1. A colonização da gleba cafezal e a atuação da colonizadora líder

A ocupação do norte de Mato Grosso na década de 1970 inseriu-se na política de expansão da fronteira agrícola promovida pelo governo federal, que combinava incentivos fiscais, abertura de estradas e estímulo à iniciativa privada como estratégia de integração da Amazônia à economia nacional (ALMEIDA, 2021). Diferentemente de outras regiões do país, em que a colonização foi conduzida diretamente por órgãos públicos, no norte mato-grossense predominou o modelo de colonização privada, no qual a responsabilidade pelo assentamento da população foi delegada a empresas particulares. Essa opção definiu não apenas o ritmo da ocupação, mas também quem controlaria, desde o início, os recursos fundiários e a organização dos núcleos urbanos. (CASTRO et al., 1994).

Vale esclarecer que, a partir da década de 1970, conviveram em Mato Grosso dois modelos distintos de colonização. De um lado, havia a colonização oficial, conduzida diretamente por órgãos públicos federais e estaduais e de outro, a colonização particular, tocada por empresas privadas, que acabou predominando no território mato-grossense (CASTRO et al., 1994). A opção por delegar a ocupação a companhias particulares não foi um acaso, mas uma decisão dos próprios órgãos governamentais responsáveis, que viam nas empresas um instrumento ágil para povoar rapidamente a fronteira (CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, 2024). Foi nesse segundo modelo que Colíder se inseriu, o que explica por que, desde o princípio, o controle sobre a terra e sobre o próprio desenho da cidade coube a uma empresa, e não ao poder público.

Nesse modelo, a terra deixou de ser apenas um meio de produção e passou a ser tratada como mercadoria. As colonizadoras compravam glebas a preços baixos, dividiam-nas em lotes e as revendiam já valorizadas, o que transformou a fronteira em um vasto negócio imobiliário e atraiu tanto famílias em busca de um pedaço de chão quanto investidores interessados no lucro rápido (CASTRO et al., 1994). Essa lógica mercantil, estimulada pelos incentivos fiscais do governo federal, tendia a beneficiar quem já dispunha de recursos, aprofundando, desde o início, as desigualdades que marcariam a sociedade local (IMAZON, 2020).

Também não se pode perder de vista a dimensão ambiental dessa história. A

colonização avançou derrubando a floresta para dar lugar a lotes, pastagens e lavouras, num processo de rápida transformação da paisagem que, em poucos anos, converteu extensas áreas de mata amazônica em terras produtivas (ALMEIDA, 2021). Se, por um lado, essa mudança abriu caminho para o desenvolvimento econômico que a cidade viria a conhecer, por outro cobrou um preço ambiental elevado, cujo debate se tornaria cada vez mais presente nas décadas seguintes, alcançando inclusive as discussões públicas e, eventualmente, as próprias campanhas eleitorais da região (IMAZON, 2020).

No arranjo então adotado, o Estado transferia às companhias colonizadoras a concessão para vender lotes, impondo-lhes, em contrapartida, a obrigação de montar a infraestrutura básica destinada ao assentamento dos colonos, atividade favorecida por fundos públicos (CASTRO et al., 1994). As empresas adquiriam grandes glebas, promoviam sua divisão em parcelas e as comercializavam junto a migrantes, sobretudo do Sul e do Sudeste, atraídos pela propaganda de terras planas e baratas. A pesquisa sobre a colonização oficial no estado sublinha que esse processo separou, desde a partida, uma elite de compradores e empreendedores de uma massa de trabalhadores sem terra, distinção que a autora sintetiza na imagem da “nata e da borra da sociedade” (CASTRO et al., 1994).

Esse modelo de ocupação, entretanto, convivia com uma persistente insegurança fundiária. Ainda que a colonização avançasse rapidamente, a quase totalidade das terras amazônicas permanecia, do ponto de vista formal, sob domínio da União e dos estados, o que abria margem a sobreposições de títulos, disputas de posse e à atuação de grileiros ao longo de toda a fronteira (IMAZON, 2020). Em Mato Grosso, a intensa e por vezes desordenada comercialização de terras, praticada muitas vezes em nome do poder público, integrou o próprio funcionamento do processo colonizador (CASTRO et al., 1994). Essa fragilidade na definição da propriedade constituiu fonte de conflitos que, embora nem sempre visíveis na narrativa memorial dos municípios, compõem o pano de fundo social sobre o qual se ergueram as primeiras instituições locais (ALMEIDA, 2021).

A literatura que se dedicou a interpretar esse processo costuma oscilar entre duas ênfases complementares. De um lado, há a perspectiva que destaca a dimensão de controle e de imposição, protagonizada pelo Estado e pelas empresas colonizadoras, que planejavam e disciplinavam a ocupação de cima para baixo e, de outro, a abordagem que valoriza a dimensão simbólica e a identidade regional dos

colonos, isto é, o modo como os próprios migrantes atribuíam sentido à experiência de fundação. Para os fins deste trabalho, ambas as chaves são úteis, pois a primeira ilumina as estruturas de poder que moldaram Colíder desde a origem, e a segunda ajuda a entender a força do imaginário pioneiro que, mais tarde, se converteria em recurso eleitoral (ALMEIDA, 2021).

A base econômica desse primeiro momento combinava a exploração da madeira, obtida na abertura das áreas de floresta, e a experimentação agrícola, com o cultivo de gêneros diversos que buscavam adaptar-se às condições do novo ambiente. A transformação acelerada da paisagem florestal em lotes e lavouras, característica de toda a frente pioneira do meio-norte mato-grossense, produziu em poucos anos um adensamento populacional e uma dinamização comercial que rapidamente tornaram insustentável a subordinação administrativa a um município-sede distante. A economia, portanto, empurrava a política, pois o crescimento material do povoado gerava demandas que só uma estrutura de poder local poderia atender (PORTAL MATO GROSSO, 2024).

A consolidação do meio-norte de Mato Grosso como área de agricultura moderna resultou diretamente da política de modernização agrícola do regime militar, que recrutou boa parte de seus agentes nas antigas áreas de colonização europeia do Sul do país (ALMEIDA, 2021).

Vindos sobretudo do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, esses migrantes traziam experiência prévia com a mecanização e com a vida de fronteira, atributos que os colonizadores consideravam vantajosos para o êxito dos empreendimentos. Constituiu-se, assim, uma preferência explícita por determinado tipo de colono, o que ajuda a compreender a fisionomia social que Colíder assumiria nas décadas seguintes, marcada pela forte presença de famílias de origem sulista (ALMEIDA, 2021).

Essa preferência, porém, não estava ligada somente à economia, mas também à forma como esses grupos eram vistos. A propaganda da colonização apresentava os migrantes do Sul, muitos deles descendentes de imigrantes europeus, como pessoas trabalhadoras que ajudariam a levar o progresso para a região. Esse discurso valorizava os recém-chegados como “desbravadores”, mas acabava deixando de lado a presença de povos indígenas e de outras pessoas que já ocupavam a região (ALMEIDA, 2021).

Reter esse dado é importante para o argumento deste trabalho, pois a

construção da figura do pioneiro como sujeito virtuoso e fundador não é um detalhe folclórico, é um capital político que, décadas depois, seria mobilizado nas disputas eleitorais por quem pudesse reivindicar para si o mérito de ter ‘aberto’ a cidade (ALMEIDA, 2021).

É preciso evitar, todavia, a imagem de uma população homogênea. Ainda que a propaganda privilegiasse os migrantes sulistas, a fronteira reuniu contingentes de origens diversas, e a própria pesquisa etnográfica sobre a região identifica um sistema de classificação social que distinguia categorias como “gaúcho”, “cuiabano” e “maranhense”, cada uma associada a diferentes graus de prestígio e a diferentes posições na hierarquia local. Essa heterogeneidade de origens, com suas tensões e disputas por reconhecimento, constitui um substrato importante da vida social coliderense e, como se verá, também da vida política, pois as identidades regionais dos migrantes forneceram clivagens que atravessariam a formação das lideranças e das clientelas eleitorais (ALMEIDA, 2021).

No caso específico de Colíder, a documentação memorialística e institucional atribui a iniciativa colonizadora a Raimundo Costa Filho, que já possuía experiência de colonização no Paraná e, ao chegar a Mato Grosso em 1973, sobrevoou a região e adquiriu extensa área de terras (CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2024). Acompanhando o traçado aberto pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, responsável pela abertura da rodovia BR-163, os topógrafos iniciaram a medição da área e a implantação dos primeiros lotes. A cena é ilustrativa do modelo de ocupação da fronteira: a presença militar, encarregada da infraestrutura viária estratégica, e a iniciativa privada, encarregada do loteamento e da venda das terras, avançavam lado a lado (INSTITUTO DE MEMÓRIA DE COLÍDER, 2024).

A abertura da BR-163 merece atenção especial, pois foi ela que tornou possível a chegada dos primeiros moradores. Criado em 1970, o 9º Batalhão de Engenharia de Construção instalou-se em Cuiabá com a missão de abrir a floresta e ligar a capital mato-grossense a Santarém, no Pará, tarefa que mobilizou soldados e trabalhadores vindos, em grande parte, do norte do Rio Grande do Sul (NOVA ROTA DO OESTE, 2018). A construção da estrada e o processo de colonização aconteceram ao mesmo tempo, pois, à medida que os batalhões avançavam abrindo o chamado picadão, empreendedores como Raimundo Costa Filho compravam terras e as revendiam, de modo que a rodovia funcionou, ao mesmo tempo, como obra de integração nacional e como espinha dorsal da ocupação privada (NOVA ROTA DO OESTE, 2018).

Os relatos registram que Luiz Marques da Silva foi um dos primeiros colonos a se fixar no local da futura cidade, então denominado Cafezal, onde experimentou o cultivo de diferentes gêneros agrícolas antes de a povoação ser efetivamente planejada (PORTAL MATO GROSSO, 2024). Há, contudo, divergência entre as fontes quanto à data e à denominação inicial do núcleo: enquanto o acervo da Câmara Municipal situa a criação oficial do patrimônio de Cafezal em 7 de maio de 1973, o material da Prefeitura registra a inauguração da vila em maio de 1974, sob a denominação de Cafelândia. Essa oscilação documental, longe de ser mero detalhe, revela o caráter recente e ainda pouco sistematizado da memória histórica do município, o que reforça a pertinência de trabalhos acadêmicos que a organizem criticamente (CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

A vida dos primeiros anos, contudo, esteve muito distante da imagem de progresso vendida nos folhetos de propaganda. Os pioneiros que chegavam à região enfrentavam o isolamento, a malária, a falta de equipamentos, os atoleiros nas estradas de terra e o desabastecimento, dificuldades que exigiam enorme resiliência para serem superadas (NOVA ROTA DO OESTE, 2018). Em Colíder, os relatos memoriais registram que a primeira obra do colonizador foi a construção de um barracão que servia, ao mesmo tempo, de armazém, dormitório, pensão e até de enfermaria, tamanha a precariedade das condições iniciais (RESUMO DIÁRIO, 2017). Havia, ainda, um evidente descompasso entre a propaganda e a realidade, pois, enquanto placas anunciavam com entusiasmo o futuro promissor da nova cidade, muitas famílias desembarcavam à beira da BR-163 sem que existisse sequer uma estrada para chegar aos lotes que haviam comprado (RESUMO DIÁRIO, 2017).

O atual vice-presidente da Câmara Municipal de Colíder, Rica Matos (PSD), chegou à cidade quando tinha apenas quatro anos. Ele recorda que as dificuldades foram muitas à época, relatando:

> "Assim como muitas pessoas que hoje fazem parte da história de Colíder, cheguei aqui com pouca idade. Mas foi aqui que me tornei homem, constituí a minha família. É uma cidade que gosto, defendo muito e pela qual vou lutar sempre", pontua Rica. "Digo para as pessoas que Colíder é uma cidade muito acolhedora, um lugar fácil de fazer amizade, um lugar ideal para quem planeja investir e crescer com garantia e segurança econômica". (Resumo Diário, 2017)

O isolamento talvez tenha sido uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores. No começo, a comunicação com outras regiões do país era

demorada e difícil. Além disso, o abastecimento dependia de estradas que, durante o período de chuvas, ficavam cheias de lama e praticamente impossíveis de passar. Em alguns locais, era preciso até jogar os mantimentos de avião para conseguir abastecer os trabalhadores (NOVA ROTA DO OESTE, 2018). Longe de suas famílias e vivendo em meio à mata, os pioneiros enfrentavam a preocupação e a incerteza sobre o futuro. Mesmo com todas essas dificuldades, muitos continuavam acreditando que poderiam melhorar de vida. Foi dessa combinação entre dificuldades e esperança que surgiu a imagem dos primeiros moradores como pessoas corajosas, que enfrentaram muitos problemas para ajudar a construir a cidade (ALMEIDA, 2021).

Um aspecto merece destaque especial para os objetivos deste trabalho. Nos primeiros anos, antes que o poder público se fizesse presente, foi a própria colonizadora que desempenhou o papel de autoridade local, cabendo a ela abrir estradas, demarcar lotes, definir onde ficariam a praça, o comércio e as primeiras ruas e, muitas vezes, prover os serviços básicos aos recém-chegados (CASTRO et al., 1994). Em Colíder, o barracão construído pelo colonizador servia para várias coisas ao mesmo tempo, como armazém, dormitório, pensão e enfermaria. Isso mostra como, no início, a empresa responsável pela colonização acabava assumindo funções que, mais tarde, seriam de responsabilidade do município (RESUMO DIÁRIO, 2017).

O que as fontes registram de modo convergente é a rápida ocupação da área, pois já em 1974, quase toda a Gleba Cafezal encontrava-se tomada, o que levou os colonizadores a programar a estruturação da cidade propriamente dita (IBGE, 2024). Foi nesse momento que a povoação passou a adotar o nome Colíder, formado a partir das iniciais da empresa responsável pela colonização. A síntese aparece com clareza no acervo do Instituto de Memória, que assim descreve a origem do topônimo:

> “[...] Aos primeiros dias do mês de maio de 1974, atendendo a vontade popular, acontece a inauguração da vila, passando a chamar-se, Colíder, nome este, que deriva das iniciais de Colonizadora e Imobiliária Líder.” (Instituto de Memória de Colíder, 2023).

A escolha do nome não era apenas comercial, carregava uma pretensão de liderança regional. As fontes locais relacionam a denominação ao fato de que, à mesma época, o empresário Ênio Pipino conduzia um empreendimento colonizador de grande porte nas proximidades, tendo Sinop como sede, de modo que Colíder deveria afirmar-se como um polo de importância equivalente. Essa ambição de protagonismo, inscrita no próprio nome da cidade, prenuncia a posição de

centralidade que o município buscaria ocupar no norte mato-grossense e que, mais tarde, se traduziria em disputas políticas pela condução desse projeto de desenvolvimento. (CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2024).

A comparação com Sinop, aliás, não era casual. Poucos anos antes, o empresário Ênio Pipino, à frente da Colonizadora Sinop, havia adquirido a chamada Gleba Celeste, uma imensa área às margens da BR-163, e ali projetara um conjunto de cidades planejadas, entre elas a própria Sinop, que se tornaria o principal polo do norte do estado (CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, 2024). O modelo de Pipino, que consistia em comprar uma grande gleba, dividi-la em lotes urbanos e rurais, atrair famílias do Sul e implantar a infraestrutura inicial, tornou-se referência para os demais colonizadores da região, e era justamente esse padrão de sucesso que a Colonizadora Líder pretendia repetir ao batizar Colíder (PORTAL MATO GROSSO, 2024).

A própria razão social da empresa mostra essa intenção. Ela foi registrada como Colíder S/A Imobiliária e Colonizadora Líder, usando a palavra “Líder” também no nome da cidade. Isso ajudava a passar a ideia de que Colíder teria um papel de destaque no desenvolvimento daquela região do estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Essa ambição fica evidente no modo como a própria administração municipal descreve, ainda hoje, o projeto que deu origem à cidade:

> “Os colonizadores tencionavam criar uma estrutura tal que justificasse o seu nome de liderança.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

Toda essa empreitada era embalada por um forte otimismo. As placas e os folhetos da colonizadora prometiam um futuro imediato de prosperidade, e não por acaso o lema associado ao empreendimento anunciava que ali o futuro era hoje, síntese de uma mentalidade que via na chegada do progresso apenas uma questão de tempo e de trabalho (RESUMO DIÁRIO, 2017). Esse ideário desenvolvimentista, comum a toda a fronteira, moldou a identidade da cidade e forneceu o vocabulário com que as futuras lideranças justificariam as suas plataformas, quase sempre ancoradas na promessa de crescimento, de obras e de modernização (ALMEIDA, 2021).

É importante, porém, ter um pouco de cuidado com tal imagem dos pioneiros. Os relatos que apresentam os fundadores como grandes heróis podem acabar deixando de lado o trabalho de peões, diaristas e pequenos posseiros que também

ajudaram a construir a cidade. Além disso, esses relatos muitas vezes não mostram os conflitos e nem a presença das pessoas que já viviam na região (ALMEIDA, 2021). Cabe a este estudo acadêmico, reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, mas sem transformar essa história em um mito. A formação de Colíder contou com a participação de muitas pessoas, e não somente de alguns nomes que ficaram mais conhecidos, distinção que se revelará importante quando examinarmos quem, de fato, ascendeu ao poder local (CASTRO et al., 1994).

Sob o ponto de vista analítico, importa reter que a colonização não produziu apenas lotes e ruas, mas também uma ordem social. A pesquisa etnográfica sobre a região mostra como as famílias de trajetória ascendente reivindicaram para si o papel de fundadoras de uma nova sociedade, mobilizando categorias de honra pioneira que hierarquizavam os moradores segundo a origem e o momento de chegada. Essa construção simbólica do pioneiro como figura de prestígio constituiu um capital político de longo alcance, pois legitimava a liderança daqueles que se apresentavam como responsáveis pela abertura da terra (ALMEIDA, 2021).

Essa vocação para o protagonismo regional viria a se confirmar nas décadas seguintes, ainda que por caminhos que os primeiros colonizadores talvez não imaginassem. A mesma cidade que nascera da venda de lotes agrícolas tornar-se-ia conhecida, nos anos 1980 e 1990, pela febre dos garimpos e pela extração de madeira, para depois firmar-se na pecuária e na industrialização ligada a frigoríficos e curtumes, além do comércio e da prestação de serviços. Guardar desde já essa sucessão de ciclos econômicos é importante, pois é ela que, no capítulo seguinte, ajudará a explicar as mudanças no perfil dos candidatos e nas próprias disputas pelo poder local (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025)

Todo esse processo ajudou a moldar, ainda antes da primeira eleição, uma elite local. Os que haviam chegado com recursos para comprar boas terras, montar comércios e financiar as primeiras estruturas da cidade converteram a sua vantagem econômica em prestígio social, e esse prestígio, por sua vez, abriria as portas da vida pública (CASTRO et al., 1994). Não por acaso, como se verá nos capítulos seguintes, os primeiros a disputar e a ocupar a chefia do Executivo municipal pertenceriam, em sua maioria, a esse grupo de comerciantes, produtores e empreendedores ligados à colonização, e não ao conjunto mais amplo dos trabalhadores que também haviam ajudado a construir Colíder (ALMEIDA, 2021).

Em suma, quando Colíder deixou de ser um simples ponto no mapa e passou

a existir como povoado organizado, já trazia consigo as marcas que moldariam a sua vida política, a saber, uma terra ocupada por iniciativa privada, uma população hierarquizada entre proprietários e trabalhadores, um imaginário que exaltava a figura do pioneiro e uma economia em franca transformação (CASTRO et al., 1994; ALMEIDA, 2021). Compreender essa origem é o primeiro passo para responder à pergunta central deste trabalho, pois, como se verá adiante, foram justamente esses elementos que as urnas passariam a refletir a partir da redemocratização.

3. DO GARIMPO À AGROPECUÁRIA: AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL (1983 - 2000)

O capítulo anterior encerrou-se no momento em que Colíder deixava de ser um projeto de colonização para tornar-se um município de direito, instalado em 2 de julho de 1981 e ainda dirigido por um administrador designado pelo poder estadual (IBGE, 2024). Este capítulo retoma a narrativa a partir daí, quando a cidade recém-emancipada passou a escolher seus próprios dirigentes pelo voto. A passagem da administração nomeada para o governo eleito não foi um acontecimento isolado da vida local, mas o rebatimento, no plano municipal, do lento processo de redemocratização que o país atravessava na primeira metade da década de 1980. Compreender esse encontro entre a abertura política nacional e uma sociedade de fronteira em plena formação é o que permite responder, para este período, à pergunta que orienta o trabalho (NICOLAU, 2012).

A hipótese que guia o capítulo é a de que, nesses primeiros anos, as urnas de Colíder refletiram menos as clivagens ideológicas que marcavam a política nacional e mais a estrutura social herdada da colonização, examinada no capítulo anterior. Os nomes que chegaram ao Executivo entre 1983 e 2000 saíram, em sua maioria, do grupo de comerciantes, pecuaristas e empreendedores ligados ao povoamento da região, o que é coerente com a observação de que a vantagem econômica acumulada na fase pioneira tendia a converter-se em prestígio e, deste, em mandato (CASTRO et al., 1994).

Ao mesmo tempo, o período foi atravessado por duas transformações materiais de grande porte, o ciclo do ouro e a posterior consolidação da pecuária, além de uma mudança territorial drástica, o desmembramento de vários distritos, fatores que redesenharam o próprio corpo de eleitores a quem os candidatos precisavam se dirigir (CASTRO et al., 1994).

Para desenvolver esse argumento, o capítulo percorre três movimentos. Primeiro, reconstitui a transição da administração nomeada para as eleições diretas e apresenta os gestores que ocuparam a prefeitura ao longo das décadas de 1980 e 1990. Em seguida, examina os ciclos econômicos do período, o garimpo, a extração de madeira e a virada para a agropecuária, discutindo que tipo de demandas eles colocaram diante do poder público. Por fim, analisa o efeito dos desmembramentos territoriais sobre o tamanho e o perfil do eleitorado, questão pouco explorada na

memória local, mas decisiva para entender as disputas eleitorais daqueles anos.

3.1. Da administração nomeada ao voto direto: as primeiras eleições municipais

Nos seus primeiros anos como município, Colíder não escolheu seu dirigente pelo voto. A documentação oficial registra Antônio Agostine Barbieiro à frente da administração no biênio 1981-1982, período em que o cargo de prefeito, nos municípios recém-criados, era preenchido por nomeação do governador do estado, e não por eleição direta (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Essa fórmula não era uma peculiaridade coliderense, mas a regra então vigente para as cidades que nasciam no interior do regime militar, no qual o poder estadual mantinha tutela sobre as unidades locais, sobretudo as de fronteira, consideradas estratégicas para o projeto de ocupação (NICOLAU, 2012).

> **“**Um homem destemido, desbravador e sobretudo honrado. Exemplo de retidão, de humildade, de espírito de liderança, de solidez moral… Um guerreiro incansável. Perdemos um grande amigo, porém a vida de Antonio Barbiero já está eternizada na história de Colíder, uma história de pioneirismo com atitudes corajosas e um senso de justiça irretocável. Um guerreiro incansável. Perdemos um grande amigo, porém a vida de Antonio Barbiero já está eternizada na história de Colíder, uma história de pioneirismo com atitudes corajosas e um senso de justiça irretocável.**”** - Celso Paulo Banazeski, ex-prefeito de Colíder, em homenagem a Antônio Agostine Barbiero. (Fonte: Prefeitura Municipal de Colíder (2025).

A mudança veio com a eleição de 15 de novembro de 1982, a primeira em que, após quase duas décadas, os brasileiros voltaram a eleger diretamente governadores, e também prefeitos e vereadores, em um mesmo pleito. Aquela eleição ocorreu já sob o novo quadro partidário desenhado pela reforma de 1979, que extinguira o bipartidarismo entre Arena e MDB e abrira espaço para legendas como o PDS, o PMDB, o PDT, o PTB e o PT, de modo que foi sob essa moldura renovada que Colíder realizou sua primeira disputa pelo Executivo (NICOLAU, 2012). O resultado levou João Guedes à prefeitura, com posse em 1983, condição que o inscreve na história do município como o primeiro prefeito escolhido pelo voto popular (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

Convém observar um detalhe cronológico que ajuda a situar a cidade no calendário eleitoral do país. O mandato de João Guedes estendeu-se de 1983 a 1988, portanto por cerca de seis anos, e não pelos quatro habituais (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Essa duração alongada não foi uma singularidade

local, mas decorreu da necessidade de alinhar os mandatos municipais iniciados em 1983 ao novo calendário que seria fixado durante a transição democrática, quando as eleições para prefeito foram remarcadas para 1988. A partir dali, os pleitos municipais de Colíder passariam a acompanhar com regularidade as datas nacionais, 1988, 1992, 1996 e assim por diante, o que se confirma na sucessão de mandatos registrada pela própria prefeitura (NICOLAU, 2012).

A trajetória dos primeiros eleitos sugere menos ruptura do que continuidade em relação ao grupo que conduzira a colonização. A sucessão de João Guedes (1983-1988), Evaldo Jorge Leite (1989-1992) e Nelson Guedes (1993-1996) indica a circulação do poder dentro de um conjunto relativamente restrito de lideranças, algumas delas, inclusive, com o mesmo sobrenome, o que é compatível com o padrão, descrito pela literatura sobre política local brasileira, de municípios pequenos em que a vida pública se organiza em torno de poucas famílias e dos grupos econômicos dominantes (LEAL, 2012). É preciso cautela, no entanto, para não deduzir parentesco ou aliança apenas da coincidência de nomes, o que a documentação permite afirmar com segurança é a identidade dos gestores e seus períodos, não o conteúdo exato de suas relações (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

Aqui cabe registrar, com transparência, um limite desta pesquisa. As fontes oficiais consultadas permitem confirmar os nomes dos prefeitos e os respectivos períodos de mandato, mas não trazem, de forma acessível e verificável, a filiação partidária dos eleitos entre 1983 e o fim dos anos 1990, tampouco as votações e os percentuais de cada pleito (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Em vez de preencher essa lacuna com informações não confirmadas, optou-se por trabalhar o período a partir daquilo que a documentação sustenta, reservando a análise das legendas e das votações para as eleições mais recentes, sobre as quais há registro público seguro. Essa escolha preserva a integridade da pesquisa e evita atribuir aos primeiros prefeitos vínculos partidários que não se pôde comprovar.

Ainda assim, é possível extrair algumas inferências prudentes sobre o significado dessas primeiras disputas. Em uma cidade que mal completara uma década de existência, o eleitorado era composto, em larga medida, por migrantes recém-chegados, sem raízes antigas no lugar e ainda organizando suas próprias vidas em meio às dificuldades descritas no capítulo anterior (ALMEIDA, 2021). Nesse contexto, o reconhecimento pessoal, a reputação construída no comércio ou na abertura das terras e a capacidade de mobilizar recursos tendiam a pesar mais do que

programas partidários abstratos, hipótese coerente com o que a literatura observa a respeito da política em comunidades de povoamento recente. As primeiras eleições de Colíder foram, nesse sentido, menos um debate de projetos do que uma validação, pelas urnas, de lideranças que já exerciam influência na vida econômica e social da cidade (LEAL, 2012).

Um marco institucional desse mesmo período alterou, de forma duradoura, o significado de ocupar a prefeitura. A Constituição de 1988 elevou os municípios à condição de entes federativos autônomos, dotados de competências próprias e de capacidade de auto-organização, o que representou uma valorização sem precedentes do poder local no arranjo político brasileiro (BRASIL, 1988).

Para uma cidade jovem como Colíder, que havia saído da tutela de administradores nomeados poucos anos antes, essa mudança significou que a disputa pela prefeitura passava a decidir o comando de uma instância de governo com atribuições e recursos crescentes, e não apenas de uma administração subordinada (BRASIL, 1988).

A nova moldura constitucional ajuda a entender por que as eleições municipais ganhariam, nas décadas seguintes, importância cada vez maior na vida coliderense. Ao transferir aos municípios parcelas expressivas de responsabilidade sobre serviços essenciais, sobretudo em saúde e educação, a Constituição de 1988 tornou o Executivo local um ator decisivo no cotidiano da população, o que naturalmente elevou as apostas de cada pleito (BRASIL, 1988). Esse processo, comum a todo o país, assumiu em Colíder a feição particular de uma cidade que, ao mesmo tempo em que amadurecia politicamente, consolidava-se como polo de serviços para a região, tema que o próximo capítulo desenvolverá.

3.2. O ciclo do ouro, a madeira e a virada para a agropecuária

Se o capítulo anterior mostrou uma economia inicial assentada na venda de lotes, na extração de madeira e na experimentação agrícola, os anos 1980 acrescentaram a essa base um elemento novo e desestabilizador, o ouro. A documentação histórica e administrativa do município reconhece que os garimpos marcaram a economia coliderense ao longo das décadas de 1980 e 1990, ao lado da extração madeireira, antes que a pecuária se firmasse como atividade dominante. A chegada do ouro introduziu na cidade uma dinâmica social distinta daquela do colono

agricultor, com reflexos que o poder público local precisou administrar. (IBGE, 2024).

> "[...] que se tornou famoso devido à produção agropecuária e também aos garimpos nas décadas de 80 a 90; passando pelo processo de extração de madeiras e, por conseguinte a pecuária e a industrialização através de frigoríficos e curtume, atividades do comércio e prestação de serviços." (CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2024)

O garimpo atraiu para a região um fluxo populacional veloz e flutuante, composto por trabalhadores que se deslocavam ao sabor das notícias de novas descobertas, padrão que se repetiu em diversos pontos do norte de Mato Grosso naqueles anos (IBGE, 2024). Esse tipo de povoamento difere profundamente do assentamento agrícola planejado pela colonizadora, pois a população garimpeira é, por natureza, móvel e pouco afeita a fixar-se, o que tende a produzir núcleos urbanos de crescimento desordenado, com forte pressão sobre serviços básicos e sobre a segurança pública. Ainda que falte, nas fontes consultadas, uma quantificação precisa desse contingente em Colíder, o próprio reconhecimento oficial do garimpo como base econômica do período autoriza a considerá-lo um fator de peso na vida da cidade (IBGE, 2024).

Para o argumento deste trabalho, interessa menos a quantidade de ouro extraída e mais o tipo de demanda que esse ciclo colocou diante do Executivo municipal. Uma cidade que recebe, em poucos anos, levas de trabalhadores migrantes precisa responder com urgência a necessidades de urbanização, abastecimento, saúde e ordenamento do espaço, pressões que recaem diretamente sobre a administração local. É razoável supor que os primeiros prefeitos eleitos tenham governado sob essa tensão entre um crescimento acelerado e uma estrutura administrativa ainda incipiente, embora as fontes disponíveis não permitam reconstituir, obra a obra, as respostas de cada gestão a esses desafios (ALMEIDA, 2021).

O ouro, contudo, foi um ciclo e, como tal, declinou. A documentação municipal indica que, esgotada a fase mais intensa dos garimpos, a economia local reorientou-se para a pecuária e para as atividades a ela associadas, como os frigoríficos e o curtume, além do comércio e da prestação de serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Essa transição do ouro para o gado não foi apenas uma troca de produtos, mas uma mudança na própria natureza da economia, da instabilidade e da mobilidade do garimpo para a estabilidade de uma atividade que exige posse continuada da terra, investimento de longo prazo e enraizamento no lugar (IBGE,

2024).

Essa virada tem consequências para a compreensão da política local. Uma economia de base pecuária consolida proprietários rurais e empresários ligados à cadeia da carne e do leite como atores centrais da vida econômica, grupo cujos interesses, por depender de estradas, energia, regularização fundiária e crédito, mantém relação estreita com as decisões do poder público (ALMEIDA, 2021). Sem presumir que a economia determine mecanicamente os resultados eleitorais, é legítimo observar que a estabilização de uma elite agropecuária criou as condições para que, nas décadas seguintes, lideranças vinculadas a esse setor disputassem e ocupassem com frequência a chefia do Executivo, tema que o capítulo quatro retomará com base em dados mais firmes (ALMEIDA, 2021).

Vale ainda situar essa economia em sua dimensão ambiental, já apontada no capítulo anterior. O avanço da pecuária sobre áreas antes ocupadas por floresta ou por garimpos prolongou o processo de transformação da paisagem iniciado na colonização, inscrevendo a questão ambiental no horizonte de longo prazo do município (IBGE, 2024). Esse pano de fundo, que nos anos 1980 e 1990 ainda raramente aparecia como tema explícito de disputa eleitoral, tornar-se-ia progressivamente mais presente no debate público das décadas seguintes, acompanhando a própria evolução da agenda ambiental no país (ALMEIDA, 2021).

3.3. Os desmembramentos territoriais e a redefinição do eleitorado

Há um aspecto da história de Colíder que costuma passar despercebido nas narrativas memoriais, mas que é essencial para quem estuda suas eleições, a drástica redução de seu território nos primeiros anos de vida municipal. Instalado em 1981, o município nasceu enorme e ainda cresceu nos meses seguintes, ao incorporar como distritos as localidades de Guarantã, por lei estadual de novembro de 1981, Nova Canaã, no mesmo mês, e Terra Nova, pouco depois, de modo que, em 1983, Colíder abrangia cinco distritos, Colíder, Guarantã, Itaúba, Nova Canaã e Terra Nova (IBGE, 2024). Em 1985, somou-se a esse conjunto o distrito de Matupá (IBGE, 2024).

Essa amplitude, porém, foi efêmera. Entre 1986 e 1988, em poucos anos, praticamente todos esses distritos emanciparam-se e tornaram-se municípios autônomos. A documentação do IBGE registra que, em 13 de maio de 1986, Terra Nova transformou-se em Terra Nova do Norte, Nova Canaã tornou-se Nova Canaã do

Norte, Itaúba foi elevada à condição de município e Guarantã passou a Guarantã do Norte, enquanto Matupá alcançaria a emancipação em 4 de julho de 1988 (IBGE, 2024). Ao fim desse processo, Colíder ficou reduzido ao seu distrito-sede, configuração que, no essencial, permanece até hoje (IBGE, 2024).

> "Pela lei estadual nº 4995, de 13-05-1986, desmembra do município de Colider o distrito de Terra Nova. (...) Pela lei estadual nº 4997, de 13-05-1986, desmembra do município de Colider o distrito de Nova Canaã. [...] Pela lei estadual nº 5005, 13-05-1986, desmembra do município de Colider o distrito de Itaúba. [...] Pela lei estadual nº 5008, 13-05-1986, desmembra do município de Colider o distrito de Guarantã." (IBGE, 2024)

O significado eleitoral desse encolhimento é considerável e ainda pouco explorado. Entre 1983 e 1988, exatamente o período do primeiro mandato eletivo, o prefeito João Guedes governou um município que perdia, ano a ano, parcelas inteiras de seu território e de sua população, à medida que os distritos se preparavam para a autonomia e, afinal, se separavam (IBGE, 2024).

Convém, aqui, um esclarecimento para evitar leituras apressadas. Nem todos os municípios vizinhos de Colíder originaram-se diretamente de seu território, vez que a formação da malha municipal do norte mato-grossense foi um processo complexo, em que áreas mudaram de vínculo administrativo mais de uma vez (IBGE, 2024).

O que a documentação do IBGE permite afirmar com segurança é que Itaúba, Guarantã do Norte, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá estiveram, em algum momento, sob a jurisdição de Colíder antes de se emanciparem, o que basta para sustentar o argumento sobre a redução do território e do eleitorado, sem necessidade de atribuir ao município uma paternidade indiscriminada sobre toda a região (IBGE, 2024).

Esse movimento ajuda a entender por que os números populacionais de Colíder, quando comparados ao longo das décadas, revelam crescimento mais contido do que se poderia esperar de uma cidade de fronteira em expansão. Os dados censitários do IBGE registram 28.051 habitantes em 2000, 30.766 em 2010 e 31.370 em 2022, trajetória de crescimento lento que se explica, em parte, justamente porque o município já havia transferido a municípios vizinhos boa parte da população que, de outro modo, lhe seria contabilizada (IBGE, 2024). A cidade que disputaria as eleições das décadas seguintes era, portanto, um núcleo mais compacto e territorialmente definido do que o vasto município dos primeiros anos.

Em síntese, o período de 1983 a 2000 foi, para Colíder, um tempo de dupla

fundação. De um lado, fundava-se a política eleitoral, com a passagem do administrador nomeado ao prefeito eleito e a incorporação da cidade ao calendário democrático nacional (NICOLAU, 2012). De outro, fundava-se o próprio território definitivo do município, depurado pelos sucessivos desmembramentos, sobre o qual se assentaria o eleitorado contemporâneo (IBGE, 2024). É sobre essa base, já mais estável, que o capítulo seguinte examinará a consolidação democrática e as transformações das disputas pelo Executivo a partir do ano 2000.

4. CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS (2001 - 2024)

A virada do século encontrou Colíder em uma situação distinta daquela dos primeiros anos. O território já estava estabilizado após os desmembramentos, a economia havia migrado do garimpo para a pecuária e o município acumulava quase duas décadas de prática eleitoral regular. É nesse ambiente de maior maturidade institucional que se desenvolvem as disputas analisadas neste capítulo, cujo traço mais marcante é a consolidação de um padrão democrático estável, com alternância de grupos, longas permanências no poder viabilizadas pela reeleição e progressiva profissionalização da atividade política (IBGE, 2024).

A hipótese que orienta o capítulo é a de que, ao longo do século XXI, a política coliderense passou a combinar duas lógicas. De um lado, manteve a marca das sociedades de fronteira, em que a reputação pessoal e os vínculos econômicos locais continuam decisivos. De outro, incorporou mecanismos e práticas da democracia brasileira consolidada, como a reeleição, a profissionalização das campanhas e, mais recentemente, a comunicação digital (NICOLAU, 2012). A trajetória dos prefeitos do período, examinada a seguir, permite observar essa combinação sem reduzir a história local a um mero reflexo das tendências nacionais.

4.1. A era da reeleição e a estabilização das gestões

A transformação institucional mais importante para entender a política coliderense do século XXI veio de fora do município, da Emenda Constitucional nº 16, de 1997, que autorizou a reeleição de prefeitos, governadores e do presidente da República para um único período subsequente (BRASIL, 1997a). Até então, a Constituição de 1988 vedava a recondução imediata dos chefes do Executivo, de modo que cada eleição implicava, necessariamente, a troca do titular. A emenda alterou profundamente o cálculo político em todo o país, pois passou a permitir que um prefeito buscasse, nas urnas, a validação de sua própria gestão (BRASIL, 1988).

> § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente. (EC nº 16/1997)

Em Colíder, os efeitos dessa mudança são nítidos quando se observa a

sucessão de mandatos. Jaime Marques governou de 1997 a 2004 e Celso Banazeski de 2005 a 2012, cada um deles por dois mandatos consecutivos, algo que teria sido juridicamente impossível antes de 1997. A simples existência desses dois governos de oito anos seguidos é, em si, um indicador da adesão do município ao instituto da reeleição e marca um contraste evidente com o período anterior, em que, como se viu, o poder circulava a cada quatro ou seis anos entre nomes diferentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

Jaime Marques ocupa, nessa cronologia, uma posição particular, pois foi eleito em 1996, ainda sob a regra que proibia a recondução, e reeleito em 2000, já sob a vigência da emenda, tornando-se assim o primeiro prefeito de Colíder a se beneficiar da reeleição (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; BRASIL, 1997a). Sua permanência de oito anos à frente do Executivo representa a mais longa continuidade individual da história do município até então e sugere a capacidade de uma liderança de converter o desempenho administrativo, ou ao menos a percepção dele, em sustentação eleitoral, mecanismo que a reeleição precisamente tornou possível.

O caso de Celso Banazeski, que o sucedeu e também cumpriu dois mandatos, entre 2005 e 2012, confirma a consolidação desse padrão (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Dois prefeitos seguidos, cada um por oito anos, significam que, de 1997 a 2012, portanto por quinze anos, Colíder foi governado por apenas duas pessoas, quadro de notável estabilidade para um município que, duas décadas antes, mal saíra da tutela de administradores nomeados. Essa longevidade administrativa é um dos sinais mais claros do amadurecimento da vida política local no período (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

A relevância duradoura dessas lideranças pode ser medida por um dado das eleições recentes. Em 2024, já fora do poder havia mais de uma década, Celso Banazeski ainda exercia influência suficiente para que seu apoio fosse decisivo na eleição de Rodrigo Benassi, o novo prefeito (SÓ NOTÍCIAS, 2024). No mesmo pleito, Jaime Marques, prefeito entre 1997 e 2004, voltou a figurar como candidato, o que mostra a permanência, no jogo político coliderense, de nomes que o protagonizam desde a década de 1990 (ITATIAIA, 2024).

A partir de 2013, a cadência de mandatos de quatro anos, com alternância de titulares, voltou a predominar. Nilson José dos Santos governou de 2013 a 2016, Noburo Tomiyoshi de 2017 a 2020 e Hemerson Lourenço Máximo, conhecido como Maninho, de 2021 a 2024. Diferentemente de seus antecessores imediatos, nenhum

deles obteve a reeleição, o que sugere um eleitorado disposto a renovar o comando municipal a cada ciclo, ainda que os motivos de cada derrota escapem àquilo que as fontes documentais permitem afirmar. (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2019)

Um episódio registrado em documento oficial ilumina a dinâmica partidária desse período mais recente. Em processo de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso identificou, na gestão de Noburo Tomiyoshi, um pedido de desfiliação partidária formalizado em janeiro de 2018, no curso do mandato (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2019). Embora pontual, o dado é ilustrativo de um traço bastante comum na política municipal brasileira, a fluidez das legendas, em que os vínculos partidários dos gestores se mostram frequentemente instáveis e subordinados a conveniências locais, antes que a fidelidades ideológicas (NICOLAU, 2012).

4.2. O novo perfil das lideranças e a diversificação da economia

Ao longo do século XXI, o perfil de quem disputa a prefeitura de Colíder parece ter acompanhado a diversificação da própria economia local. Se nas primeiras décadas predominavam nomes ligados diretamente ao comércio pioneiro e à abertura das terras, as disputas recentes passaram a reunir candidatos oriundos de atividades mais variadas, o que é coerente com uma economia que já não se resume à pecuária, mas abrange também a agricultura de grãos, a agroindústria, o comércio e os serviços. Essa pluralização das origens profissionais é um indício, ainda que indireto, da complexificação social do município (IBGE, 2024).

O caso do prefeito eleito em 2024 é expressivo dessa mudança. Rodrigo Benassi, segundo a imprensa regional, atua na área contábil e concorreu pela primeira vez a um cargo executivo, perfil que destoa da figura clássica do pioneiro ou do grande proprietário rural e aproxima-se do profissional liberal urbano. A ascensão de um candidato com essa trajetória sugere que, ao lado das bases econômicas tradicionais, ganham espaço na política local setores ligados aos serviços e à vida urbana, acompanhando o adensamento do próprio núcleo citadino (SÓ NOTÍCIAS, 2024).

Confirmando esse perfil, a imprensa regional registra que “*Benassi tem 41 anos, mora há 18 em Colíder e é empresário no ramo de contabilidade*” (RDNEWS, 2024).

Seria um equívoco, porém, deduzir representação de interesses apenas da profissão ou da origem social de um candidato. Como adverte a literatura sobre o tema, o fato de um gestor ser pecuarista, comerciante ou profissional liberal não permite, por si só, concluir que ele represente os interesses de toda uma categoria, pois a relação entre origem social e atuação política é mediada por alianças, circunstâncias e pela própria dinâmica do governo. As fontes disponíveis autorizam descrever o perfil dos eleitos, mas não sustentam afirmações categóricas sobre quais grupos cada um teria, de fato, favorecido no exercício do mandato (LEAL, 2012).

A diversificação econômica que serve de pano de fundo a essas candidaturas pode ser aferida por indicadores objetivos. O produto interno bruto per capita do município alcançou cerca de 37,5 mil reais em 2021, e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi estimado em 0,713 em 2010, situando-se na faixa considerada de desenvolvimento humano alto. Esses números descrevem uma cidade que, sem deixar de ter o agronegócio como esteio, consolidou um setor urbano de comércio e serviços capaz de sustentar uma classe média local, cujos integrantes passaram a figurar, também, entre os protagonistas da disputa política (IBGE, 2024).

Essa leitura deve ser matizada, mais uma vez, pelo reconhecimento dos limites das fontes. Não foi possível reconstituir, de maneira verificável, a profissão e a base econômica de cada um dos prefeitos que governaram o município ao longo das quatro décadas, o que impede uma comparação sistemática de perfis ao longo do tempo. As observações aqui apresentadas valem, portanto, como hipóteses fundamentadas nos casos documentados, sobretudo os mais recentes, e não como uma tipologia completa das lideranças coliderenses, cuja elaboração dependeria de pesquisa documental adicional em arquivos locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

4.3 saúde, educação e infraestrutura: colíder como polo regional

Nenhuma leitura das transformações recentes de Colíder estaria completa sem considerar o papel que o município passou a desempenhar como centro de serviços para as cidades do seu entorno, condição que ajuda a entender por que as disputas pelo Executivo adquiriram, com o tempo, importância que extrapola os limites municipais. A emancipação dos antigos distritos, examinada no capítulo anterior, não desfez os laços de dependência que essas novas cidades mantinham com a sede

histórica, de modo que Colíder consolidou-se como referência regional em áreas como saúde e educação (IBGE, 2024).

Na saúde, essa posição materializa-se no Hospital Regional de Colíder, unidade que funciona como referência para o atendimento de maior complexidade de municípios vizinhos. Registros da imprensa regional dão conta de investimentos sucessivos nessa estrutura, como a inauguração, em dezembro de 2009, de uma ala com unidade de terapia intensiva e leitos neonatais e pediátricos, concebida para atender partos de risco da cidade e de municípios próximos (OLHAR DIRETO, 2009). O próprio argumento então apresentado pelas autoridades estaduais, de que crianças antes precisavam ser transportadas de avião até Cuiabá, ilustra a função regional do equipamento e a distância que separa Colíder dos grandes centros de serviços do estado (OLHAR DIRETO, 2009).

A própria imprensa da época noticiou que, com a nova ala:

> "o Hospital Regional de Colíder passa a ser referência no atendimento pediátrico" para a cidade e os municípios vizinhos (OLHAR DIRETO, 2009).

Na educação, a cidade abriga uma rede de escolas estaduais que também extrapola o atendimento estritamente local, com unidades de porte considerável e investimentos em reformas e ampliações ao longo das últimas décadas (OLHAR DIRETO, 2009). A existência, em Colíder, de estruturas administrativas da rede estadual de ensino com abrangência que alcança municípios vizinhos, como Itaúba, reforça a leitura da cidade como polo de serviços públicos regionais (OLHAR DIRETO, 2009). Esse acúmulo de funções tem relação direta com o desenho federativo inaugurado pela Constituição de 1988, que ampliou as responsabilidades dos municípios na oferta de saúde e educação e tornou a gestão desses serviços um dos eixos centrais da disputa política local (BRASIL, 1988).

A infraestrutura de maior vulto associada à região no período recente é a Usina Hidrelétrica Colíder, construída no rio Teles Pires e operada pela Copel, cuja última unidade geradora recebeu autorização para operação comercial em dezembro de 2019 (COPEL, 2019). Convém um registro preciso para evitar equívocos, pois, embora leve o nome da cidade, a usina situa-se no município vizinho de Nova Canaã do Norte, e não dentro dos limites de Colíder. Ainda assim, o empreendimento é significativo para a compreensão da economia e da política regionais, tanto pelo porte do investimento e pela mão de obra mobilizada durante as obras quanto pelos efeitos

ambientais e fundiários que acompanham barramentos dessa natureza na bacia do Teles Pires (COPEL, 2019).

A menção à hidrelétrica reintroduz a dimensão ambiental que percorre todo o trabalho. A construção de grandes usinas na bacia do Teles Pires suscitou, ao longo da década de 2010, controvérsias relativas a impactos sobre o rio, sobre populações ribeirinhas e sobre comunidades indígenas da região, inscrevendo a questão ambiental de modo cada vez mais explícito no debate público do norte de Mato Grosso. Esse debate, que na fase da colonização e do garimpo permanecia à margem das preocupações oficiais, tornou-se um componente do horizonte político contemporâneo, ainda que as fontes consultadas não permitam medir, com precisão, o peso específico que ele teria assumido nas campanhas municipais de Colíder (IBGE, 2024).

Os indicadores sociais disponíveis confirmam o quadro de um município que, sem deixar de enfrentar desigualdades, alcançou patamares razoáveis de desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi estimado em 0,713 em 2010, na faixa de desenvolvimento humano alto, e a taxa de mortalidade infantil situava-se em torno de 11,5 por mil nascidos vivos em 2022, valores que, embora sujeitos a leituras variadas, indicam a existência de uma estrutura de serviços públicos consolidada. Para os fins deste trabalho, o que importa reter é que a ampliação dessas estruturas transformou o conteúdo da disputa política, pois governar Colíder deixou de ser apenas abrir estradas e lotear a terra, como nos primeiros anos, e passou a envolver a gestão de redes complexas de saúde, educação e assistência (IBGE, 2024).

Essa mudança no conteúdo da ação pública conversa diretamente com a problemática da pesquisa. Se na fase pioneira as demandas dirigidas ao poder local eram, sobretudo, de abertura e infraestrutura básica, a cidade contemporânea apresenta ao seu Executivo um leque muito mais amplo de exigências, da qualidade dos serviços de saúde à oferta de vagas escolares, do emprego urbano à preservação ambiental. A transformação social do município, portanto, não apenas alterou quem disputa o poder, como também redefiniu para que serve o poder, aspecto que o capítulo de análise retomará ao discutir o que a trajetória eleitoral revela sobre a sociedade coliderense (BRASIL, 1988; IBGE, 2024)

4.4. Da política do comício à campanha digital e a eleição de 2024

As formas de fazer campanha em Colíder também se transformaram no período, acompanhando mudanças de alcance nacional. A regulamentação das eleições pela Lei nº 9.504, de 1997, estabeleceu um marco comum para as campanhas em todo o país, disciplinando propaganda, financiamento e prestação de contas, o que progressivamente substituiu práticas mais informais por procedimentos padronizados e fiscalizados. Em um município pequeno, esse processo conviveu longamente com as formas tradicionais de mobilização, o comício, o corpo a corpo, o rádio local, antes que os meios digitais ganhassem peso (BRASIL, 1997).

> "Art. 1º As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo." (Lei nº 9.504/1997)

A incorporação das redes sociais e dos aplicativos de mensagem às campanhas municipais, fenômeno que se generalizou no Brasil a partir da segunda metade da década de 2010, chegou também às cidades do interior, alterando a maneira como candidatos e eleitores se comunicam (NICOLAU, 2012). Embora não se disponha de estudo específico sobre o uso dessas ferramentas em Colíder, é razoável inscrever o município nessa tendência geral, até porque a própria divulgação de candidaturas e resultados, nas eleições recentes, passou a circular amplamente por portais e veículos digitais regionais (ITATIAIA, 2024).

A eleição de 2024 oferece o retrato mais nítido e documentado de todo o período e, por isso, merece exame detido. Concorreram à prefeitura cinco candidatos, segundo o registro da imprensa, Claudemir Guedes, Ana Flávia Rodrigues Ramiro, conhecida como Flavinha, Jaime Marques, o então prefeito Hemerson Máximo (o Maninho), e Rodrigo Benassi. A presença simultânea de um ex-prefeito dos anos 1990, do prefeito em exercício e de nomes novos resume, em uma só cédula, a coexistência entre permanência e renovação que caracteriza a política local contemporânea (ITATIAIA, 2024).

O resultado foi apertado e revelador. Rodrigo Benassi, do PRD, venceu com 6.951 votos, equivalentes a 39,90% dos válidos, contra 6.774 votos, ou 38,88%, do prefeito Maninho, que tentava a reeleição, uma diferença de apenas 177 votos (O TEMPO, 2024; SÓ NOTÍCIAS, 2024). Flavinha, do Republicanos, ficou em terceiro,

com 2.763 votos, ou 15,86% (SÓ NOTÍCIAS, 2024). Compareceram às urnas 17.131 eleitores, dos quais 16.488 votos foram válidos, além de 225 brancos e 418 nulos (O TEMPO, 2024).

A estreiteza dessa margem autoriza algumas observações cuidadosas. A derrota de um prefeito que tentava a reeleição, por diferença tão pequena e diante de um candidato estreante, indica um eleitorado dividido e competitivo, longe de qualquer hegemonia consolidada (O TEMPO, 2024). O fato, já mencionado, de o vencedor ter contado com o apoio de um ex-prefeito que deixara o cargo havia mais de dez anos reforça a leitura de que, em Colíder, o capital político acumulado por antigas lideranças continua a pesar nas disputas, ainda quando o candidato é um nome novo (SÓ NOTÍCIAS, 2024).

Com a posse de Rodrigo Benassi, em janeiro de 2025, encerra-se o recorte temporal desta pesquisa, que se estende até o pleito de 2024. A eleição daquele ano funciona, assim, como um ponto de observação privilegiado, pois nela se condensam os traços que o capítulo procurou descrever, a estabilidade do calendário democrático, a competitividade entre grupos, a permanência de lideranças históricas ao lado da emergência de novos perfis e a circulação da informação por meios cada vez mais diversificados. É sobre o conjunto dessa trajetória que o próximo capítulo se debruça, em chave interpretativa (SÓ NOTÍCIAS, 2024).

5. AS ELEIÇÕES COMO ESPELHO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO

Os capítulos anteriores reconstituíram, em ordem cronológica, a formação de Colíder e a sucessão de seus governos, do administrador nomeado dos primeiros anos ao prefeito eleito em 2024. Este capítulo muda de registro. Em vez de narrar, procura interpretar, retomando a pergunta que abre o trabalho, a de saber como a história das eleições municipais para o Executivo revela as transformações políticas e sociais ocorridas no município. Trata-se, aqui, de cruzar os elementos já apresentados e extrair deles um sentido, respeitando os limites daquilo que as fontes efetivamente sustentam.

A história das eleições de Colíder ajuda a entender as mudanças que aconteceram no município ao longo dos anos. À medida que a economia se modificou, o território passou por mudanças e a população foi se transformando, também surgiram novas características nas disputas eleitorais e nas pessoas que chegaram ao comando da prefeitura. Isso não significa que as mudanças sociais e econômicas tenham determinado diretamente os resultados das eleições, mas que é possível observar algumas relações entre esses acontecimentos. Por isso, a análise precisa considerar os registros históricos e eleitorais disponíveis, sem afirmar relações de causa e efeito que as fontes não permitem comprovar.

A leitura de conjunto da sucessão de prefeitos revela um equilíbrio instigante entre continuidade e ruptura. Do lado da continuidade, chama atenção a permanência, por décadas, de um núcleo relativamente restrito de lideranças e de famílias na vida pública, padrão coerente com a observação clássica de que, em municípios pequenos, a política tende a organizar-se em torno de poucos grupos dotados de prestígio econômico e social (LEAL, 2012). Nomes como os de Jaime Marques e Celso Banazeski, ativos desde os anos 1990 e ainda influentes em 2024, dão a medida dessa longevidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; SÓ NOTÍCIAS, 2024).

> “(...) o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (LEAL, 2012)

Do lado da ruptura, porém, há sinais igualmente claros de renovação. A ausência de reeleições a partir de 2013, com três prefeitos distintos em três mandatos seguidos, e a vitória, em 2024, de um candidato estreante e de perfil profissional urbano indicam um eleitorado disposto a renovar o comando e aberto a trajetórias

diferentes da do pioneiro ou do grande proprietário. A política coliderense não é, portanto, nem um domínio congelado de velhas famílias, nem um espaço de pura renovação, mas um arranjo em que o capital político antigo convive com a emergência de novos representantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; SÓ NOTÍCIAS, 2024).

Esse duplo movimento conversa diretamente com a hipótese formulada no primeiro capítulo deste trabalho, a de que a estrutura social herdada da colonização se projetaria sobre a esfera política. A projeção, de fato, parece ter ocorrido, pois os primeiros ocupantes do poder saíram, como se argumentou, dos estratos ligados à colonização e ao comércio (CASTRO et al., 1994). Mas a trajetória posterior mostra que essa herança não congelou a vida política, e que as transformações da sociedade, a urbanização, a diversificação econômica, a profissionalização, foram, aos poucos, abrindo espaço para novos perfis, o que confirma a utilidade de olhar as eleições como espelho de um corpo social em movimento (ALMEIDA, 2021).

A correspondência entre os ciclos econômicos e a vida política é, talvez, o aspecto mais sugestivo dessa história, e também o que exige maior prudência analítica. A sequência é conhecida, a venda de lotes e a madeira na fundação, o ouro nas décadas de 1980 e 1990, a pecuária e a agroindústria a partir de então, acompanhada pelo crescimento do comércio e dos serviços. A cada uma dessas fases correspondeu um tipo distinto de sociedade local e, plausivelmente, um tipo distinto de demanda dirigida ao poder público (IBGE, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025).

É tentador traçar uma linha reta entre cada ciclo econômico e um perfil de prefeito, mas as fontes não autorizam essa simplificação. O que se pode afirmar com segurança é que a economia definiu o contexto material em que as disputas ocorreram, a cidade do garimpo, instável e de crescimento desordenado, colocava ao Executivo problemas diferentes dos da cidade pecuária, mais estável e enraizada, e esta, por sua vez, problemas diferentes dos da cidade de comércio e serviços da atualidade (IBGE, 2024). Reconhecer essa mudança de contexto é distinto de afirmar que tal ciclo elegeu tal prefeito, afirmação que demandaria dados de que não se dispõe.

A eleição de 2024 oferece um bom exemplo dessa cautela necessária. A vitória de um profissional da contabilidade, de perfil urbano, sobre um prefeito em exercício, em uma cidade cuja economia tem no agronegócio o seu esteio, poderia ser lida,

apressadamente, como sinal de uma virada do campo para a cidade (SÓ NOTÍCIAS, 2024). A margem mínima de 177 votos, contudo, desaconselha conclusões tão amplas, pois um resultado tão equilibrado reflete um eleitorado dividido, no qual fatores conjunturais, alianças locais e avaliação da gestão anterior podem ter pesado tanto quanto qualquer clivagem socioeconômica de fundo (O TEMPO, 2024).

O que a relação entre economia e política revela, em definitivo, não é um mecanismo de causa e efeito, mas uma sintonia de longo prazo entre o que a cidade foi se tornando e o modo como organizou suas disputas pelo poder. Um município que passou da instabilidade da fronteira à relativa estabilidade de uma economia diversificada construiu, no mesmo movimento, uma vida política que saiu da tutela dos administradores nomeados e chegou a eleições competitivas, regulares e disputadas voto a voto. É nesse sentido amplo, e não em correlações pontuais, que os ciclos econômicos se refletem nas urnas (NICOLAU, 2012; O TEMPO, 2024).

Uma pesquisa honesta precisa reconhecer, com clareza, aquilo que não pôde estabelecer. No caso de Colíder, as fontes oficiais e a imprensa permitiram confirmar com segurança os nomes e os períodos de todos os prefeitos, os marcos legais da emancipação e dos desmembramentos, os dados demográficos e econômicos gerais e o resultado detalhado da eleição de 2024. Não foi possível, por outro lado, reconstituir de forma verificável as filiações partidárias e as votações da maior parte dos pleitos anteriores a 2024, nem a profissão e a base social de cada gestor ao longo do tempo (IBGE, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; O TEMPO, 2024).

Esses limites não esvaziam a pesquisa, mas delimitam o alcance de suas conclusões. Em vez de uma análise estatística da evolução partidária, que os dados disponíveis não sustentam, o trabalho ofereceu uma interpretação qualitativa, ancorada nos fatos que pôde confirmar e explícita quanto às suas lacunas, atitude que a própria natureza das fontes impõe a quem estuda a história recente de municípios pequenos, cuja memória eleitoral ainda se encontra dispersa e pouco sistematizada (ALMEIDA, 2021).

Mesmo dentro desses limites, a trajetória examinada revela algo consistente sobre a sociedade coliderense. Trata-se de uma comunidade que, em pouco mais de quatro décadas, percorreu o caminho que vai de um acampamento de colonização, dirigido por uma empresa privada e por administradores nomeados, a uma cidade de mais de trinta mil habitantes, com economia diversificada e eleições competitivas e

profissionalizadas (IBGE, 2024; NICOLAU, 2012). As urnas registraram, a seu modo, cada etapa dessa transição, e é por isso que podem ser lidas como espelho das transformações do município.

Vale ainda uma observação sobre a participação eleitoral, que é um dos poucos indícios quantitativos disponíveis sobre o envolvimento da população na vida pública. Na eleição de 2024, compareceram às urnas 17.131 eleitores, e o pleito foi decidido por margem inferior a duzentos votos, o que revela um eleitorado não apenas numeroso em relação ao porte da cidade, mas também engajado e dividido entre alternativas competitivas (O TEMPO, 2024). Uma disputa tão renhida é, em si, um sinal de vitalidade democrática, pois indica que o resultado não estava decidido de antemão e que o voto de cada cidadão podia, concretamente, alterar o desfecho, situação distante daquela dos primeiros anos, quando o dirigente sequer era escolhido pela população (NICOLAU, 2012).

Convém, por fim, ser explícito quanto ao que este capítulo não afirma. Não se sustenta que exista um padrão único e linear de evolução, em que a cidade teria passado, de modo uniforme, de uma política personalista a uma política programática, pois os dados disponíveis não permitem medir essa dimensão ao longo do tempo (LEAL, 2012). Tampouco se afirma que as transformações sociais tenham produzido, mecanicamente, maior qualidade democrática. O que se observa, com base nos fatos confirmados, é a coexistência persistente de elementos antigos e novos, de permanências e renovações, cuja combinação específica a cada eleição depende de fatores conjunturais que extrapolam o alcance de uma pesquisa documental como esta.

Por fim, a história política de Colíder confirma que a democracia local não é um dado pronto, mas uma construção. Entre o administrador escolhido a dedo pelo governo estadual, no início dos anos 1980, e os 177 votos que separaram os dois primeiros colocados em 2024, há uma distância que mede, mais do que o tempo decorrido, o próprio amadurecimento de uma comunidade política (O TEMPO, 2024; NICOLAU, 2012). Compreender essa distância, com suas continuidades e suas rupturas, foi o propósito deste trabalho, e é também o convite que ele deixa a quem quiser aprofundar, no futuro, o estudo da vida eleitoral coliderense.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma pergunta precisa, a de saber como a história das eleições municipais para o Poder Executivo de Colíder revela as principais transformações políticas e sociais ocorridas no município. Ao longo dos capítulos, procurou-se respondê-la sem reduzir a pesquisa a uma lista de prefeitos e datas, e também sem forçar interpretações que as fontes não sustentassem. O resultado é uma leitura que acompanha a cidade desde sua origem, como projeto de colonização privada na fronteira amazônica, até as disputas eleitorais competitivas da atualidade.

A reconstituição mostrou que as bases do poder local em Colíder foram lançadas antes mesmo de existir eleição, no período em que a colonizadora e depois, os administradores nomeados organizaram a vida do povoado (CASTRO et al., 1994; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025). Quando o voto direto chegou, com a eleição de 1982 e a posse do primeiro prefeito eleito em 1983, ele se exerceu sobre uma sociedade já estruturada, em que a vantagem econômica e o prestígio acumulados na colonização tinham peso considerável, o que ajuda a explicar o perfil das primeiras lideranças (NICOLAU, 2012; ALMEIDA, 2021).

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que essa herança não imobilizou a política local. Os sucessivos ciclos econômicos, do ouro à pecuária e desta ao comércio e aos serviços, a redução do território pelos desmembramentos dos anos 1980 e a lenta urbanização transformaram a sociedade coliderense, e essas transformações encontraram correspondência nas urnas, seja na chegada da reeleição e nas longas gestões de Jaime Marques e Celso Banazeski, seja na renovação de perfis observada a partir de 2013 e culminada na disputa de 2024 (IBGE, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2025; O TEMPO, 2024).

A resposta à problemática é portanto de que as eleições municipais de Colíder não causaram por si as transformações do município, nem foram por elas mecanicamente determinadas, mas funcionaram como um espelho fiel dessas mudanças, registrando, na forma das disputas e no perfil dos eleitos, a passagem de um acampamento de fronteira a uma cidade democrática consolidada.

Reconhecem-se, por fim, os limites do estudo, que são também suas indicações para pesquisas futuras. A ausência de dados partidários e de votações confiáveis para a maior parte dos pleitos anteriores a 2024 e a dispersão da memória eleitoral local sugerem a necessidade de investigações apoiadas em arquivos

primários, especialmente nas bases do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e nos acervos municipais. Longe de enfraquecer as conclusões aqui apresentadas, esse reconhecimento as situa em seu devido lugar, como uma contribuição honesta e fundamentada para o conhecimento da história política de um município cuja trajetória sintetiza, em escala local, boa parte da história recente da ocupação do norte de Mato Grosso (ALMEIDA, 2021).

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Schleder. **Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, e202101, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeur/a/sStcXbCqXCpX4bvGVMPQtGw. Acesso em: 18/08/2026.

IMAZON. **Linha do tempo: entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2020. Disponível em: https://imazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia. Acesso em: 18/08/2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18/09/2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997. **Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, entre outros, permitindo a reeleição dos chefes do Poder Executivo**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em: 18/09/2026.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 22/10/2026.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade.** Cuiabá: EdUFMT, 1994.

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **Terceira unidade geradora de energia da Usina Colíder inicia operação**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 21 dez. 2019. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/Audio/terceira-unidade-geradora-de-energia-Usina-Colider-inicia-operacao. Acesso em: 20/09/2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Colíder (MT): histórico e panorama.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/colider.html e https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/matogrosso/colider.pdf. Acesso em: 20/09/2026.

ITATIAIA. **Todos os candidatos a prefeito e vereador de Colíder/MT da Eleição 2024.** Belo Horizonte, 02/10/2024. Disponível em: https://www.itatiaia.com.br/politica/eleicoes-2024/todos-os-candidatos-a-prefeito-e-vereador-de-colider-mt-da-eleicao-2024/. Acesso em: 20/09/2026.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Rio de Janeiro:

Zahar, 2012.

OLHAR DIRETO. **Colíder recebe nova escola e unidade de referência de saúde no Hospital Regional.** Cuiabá, 19 dez. 2009. Disponível em: https://olhardireto.com.br/noticias/colider-recebe-nova-escola-e-unidade-referencia-de-saude-no-hospital-regional. Acesso em: 20/09/2026.

O TEMPO. **Rodrigo Benassi, do PRD, é eleito prefeito de Colíder (MT) nas Eleições 2024.** Belo Horizonte, 9 out. 2024. Disponível em: https://www.otempo.com.br/eleicoes/2024/prefeito/2024/10/9/rodrigo-benassi-do-prd-e-eleito-prefeito-de-colider-mt-nas-eleic. Acesso em: 20/09/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER. **Galeria de prefeitos.** Colíder, 2025. Disponível em: https://www.colider.mt.gov.br/Administracao-Publica/Galeria-prefeitos/. Acesso em: 20/09/2026.

SÓ NOTÍCIAS**. Rodrigo Benassi é o novo prefeito de Colíder**. Sinop, 06/10/2024. Disponível em: https://www.sonoticias.com.br/politica/rodrigo-benassi-e-o-novo-prefeito-de-colider/. Acesso em: 20/09/2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE-MT). **Relatório de fiscalização - Prefeitura Municipal de Colíder (gestor Noburo Tomiyoshi).** Cuiabá: TCE-MT, 2019. Disponível em: https://www.tce.mt.gov.br/processo/documento/285471/2018/7188/2019. Acesso em: 18/09/2026.

PORTAL MATO GROSSO. **História do município de Colíder**. 2024. Disponível em: https://portalmatogrosso.com.br/historia-do-municipio-de-colider/. Acesso em: 24/08/2026.

RESUMO DIÁRIO. **Colíder completa 38 anos de emancipação; conheça essa história que começou através dos picadões do 9º BEC***.* 2017. Disponível em: https://www.resumodiario.com.br/Noticias/Politica/Colider-completa-38-anos-de-emancipacao-conheca-essa-historia-que-comecou-atraves-dos-picadoes-do-9-bec/. Acesso em: 24/09/2026.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade.** Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER. **História de Colíder**. Colíder, 2024. Disponível em: https://www.camaracolider.mt.gov.br/A-Cidade/Historia/. Acesso em: 24/08/2026.

INSTITUTO DE MEMÓRIA DE COLÍDER. **História de Colíder**. Colíder: Câmara Municipal de Colíder, 2024. Disponível em: https://instituto.camaracolider.mt.gov.br/Historia-de-Colider/. Acesso em: 18/08/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER. **História**. Colíder, 2025. Disponível em: https://www.colider.mt.gov.br/Colider/Historia/. Acesso em: 18/08/2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA. **História do município.** Cláudia, 2024. Disponível em: https://www.camaraclaudia.mt.gov.br/Claudia/Historia-do-Municipio/. Acesso em: 23/09/2026.

NOVA ROTA DO OESTE. **BR-163: 42 anos de história e desenvolvimento para**

Mato Grosso. Cuiabá: Concessionária Rota do Oeste, 2018. Disponível em: https://novarotadooeste.com.br/br-163-42-anos-de-historia-e-desenvolvimento-para-mato-grosso/. Acesso em: 24/09/2026.

SÓ NOTÍCIAS. **Morre o primeiro prefeito de Colíder**. Só Notícias, 7 nov. 2011. Disponível em: https://www.sonoticias.com.br/politica/morre-o-primeiro-prefeito-de-colider/. Acesso em: 24/09/2026.

RDNEWS. **Rodrigo Benassi é eleito prefeito e vai para DP por postagem inadequada.** Cuiabá: RDNews, 7 out. 2024. Disponível em: https://www.rdnews.com.br/eleicoes-2024/conteudos/200612. Acesso em: 22/10/2026.